

Simonsen propõe corte nas despesas de estatais

Da sucursal do Rio

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen propôs ontem que o governo reduza despesas de salários e de pessoal e corte as mordomias das empresas estatais, "para enfrentar o dilema das altas taxas de juro conjugado ao déficit público", pois "tudo o mais é a busca da pedra filosofal".

Em painel de debates realizado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro sobre os problemas brasileiros e a situação internacional, Simonsen criticou também a orientação econômica adotada pelo governo Reagan — "política monetária apertada e política fiscal frouxa" considerando que erros semelhantes se vêm registrando no Brasil. Mais tarde, em entrevista, defendeu "uma redução da dependência externa do País pela ativação de projetos de substituição de importações que sejam viáveis".

RECUPERAÇÃO NOS EUA

Simonsen destacou que a política do governo Reagan de cortar impostos e aumentar as despesas militares fracassou e que o déficit de US\$ 200 bilhões dos Estados Unidos continua pairando como uma fantasma sobre a economia internacional. "Pode-se prever uma recuperação em 1983 para a economia norte-americana", disse o conferencista. "Mas não sabemos se ela vai durar, com este déficit." Sallentou que, apesar da queda da inflação nos EUA as taxas de juros permanecem relativamente altas, na medida em que o ritmo do crescimento dos preços norte-americanos calu de 14% para 4% e a taxa de juros veio de 21% para 11%, muito mais altas que a inflação.

Lembrou Simonsen que os Estados Unidos podem financiar seu próprio déficit simplesmente emitindo dólares, enquanto o Brasil não pode fechar seu saldo negativo em dólares com base na emissão de cruzeiros. É por sua moeda forte que os EUA se opõem a uma solução defendida também por Simonsen para a reciclagem dos créditos internacionais impossíveis de pagar — o fortalecimento de uma entidade de crédito multilateral — o FMI — com base num sistema intermediário entre taxas de câmbio flutuantes e o extinto acordo de Bretton Woods, com a substituição das reservas monetárias de cada país por direitos especiais de saque.

Simonsen assinalou que o atual sistema de taxas de câmbio flutuante permite aos países que lideram o sistema monetário internacional exercer uma política de moeda independente das suas reservas de divisas, pois a intervenção dos bancos centrais fica reduzida ao mínimo. Mas produz efeitos danosos na medida em que atrai facilmente vultosos capitais para determinados países considerados em situação favorável, valorizando sua moeda e prejudicando suas exportações. No caso do Brasil, o cruzeiro, atrelado ao dólar, tem de acompanhar as variações internacionais, mesmo que prejudiquem sua economia.

DIREITOS PERDIDOS

Simonsen voltou a insistir na necessidade de uma completa "desindexação" da economia. "Não há direitos adquiridos, em termos de renda, aluguéis, salários diante das mudanças na conjuntura internacional." Para ele, há duas maneiras de ajustar o balanço de pagamento do País: via recessão, importando menos, "mas isso tem de ser temporário e não permanente — os economistas estão aí para promover a prosperidade dos povos". Neste caso, Simonsen defende medidas que evitem a propagação dos seus efeitos ao conjunto da economia, justamente pela desindexação geral, pela redução dos aumentos salariais, fim da correção monetária e outras medidas. "Alguém tem de pagar pela máx!", disse.

BÔNUS DE GUERRA

Mais tarde, em entrevista que concedeu na presença do ex-governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, Simonsen declarou-se contra a idéia do lançamento de "bônus de guerra" para a conversão da dívida pública interna, que, segundo o economista da FGV, Antonio Porto Gonçalves, já atinge US\$ 25 bilhões, ou cerca de Cr\$ 11 trilhões. A idéia do bônus, lançada no Projeto Emergência do ex-senador Teotônio Vilela, e apoiada pelo governador mineiro Tancredo Neves, foi contestada por Simonsen, com base no argumento de que ela representa uma moratória interna, com a perda da credibilidade dos títulos do governo. "Não resolve nenhum problema", afirmou.



Governo deve enfrentar 'dilema das altas taxas de juros'

Arquivo